

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Ao:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE MS

"A Administração, ao atuar no exercício de discricão, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida" (CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO, "Curso de Direito Administrativo", Ed. Malheiros, 4ª ed., p. 54).

Ref: Pregão Eletrônico nº 01/2020

CARLOS RENATO SILVA CAMARGO, pessoa jurídica de direito privado, qualificada no procedimento licitatório acima referenciado, vem muito respeitosamente à presença de V. Sa., por intermédio de seu representante legal, nos termos da Lei nº 10.520/2002, bem como subsidiariamente da alínea "a", do inciso I do art. 109, da Lei nº 8.666/93, interpor, TEMPESTIVAMENTE,

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em desfavor da DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO da empresa CARLOS RENATO SILVA CAMARGO, proclamado no dia 14/02/2020.

ELEMENTOS E FUNDAMENTOS PARA REFORMA DA DECISÃO

A empresa CARLOS RENATO SILVA CAMARGO, na data 14/02/2020 foi inabilitada rudemente no processo licitatório sob o argumento injustificável e infundado baseado na seguinte afirmação: "Não cumpriu o sub-item 10.4". Transcrevo a seguir o item:

"Os documentos que tratam as alíneas "e" e "f" da cláusula 10.1 deverão ser encaminhados após divulgação do edital no sítio eletrônico, exclusivamente por meio de sistema, concomitantemente com a proposta de preços, nos termos da cláusula 4.1 do Edital e do Art. 26 do Decreto 10.024/2019."

10.4.1 Caso o Pregoeiro constatare o não encaminhamento tempestivo dos documentos descritos nas alíneas "e" e "f" da cláusula 10.1, será a licitante INABILITADA.

Vejamos o que necessariamente do ponto de vista do pregoeiro foi deixado de enviar:

f) Declaração de que os profissionais graduados, disponibilizados para a prestação dos serviços estarão devidamente registrados no Conselho Regional de Educação Física de Mato Grosso do Sul e/ou Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Mato Grosso do Sul.

Ora, esta empresa anexou via sistema, a Declaração de Regularidade de Funcionamento – DRF-13, emitida pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Mato Grosso do Sul, onde consta o nome dos dois responsáveis técnicos desta empresa.

Data vênua, essa declaração demonstra muito mais a segurança e capacidade técnica do que uma folha, com simples título "declaração", SEM DATA, SEM IDENTIFICAÇÃO e SEM ASSINATURA de quem a emitiu aceita por este pregoeiro.

Previamente, é de regra e índole da empresa se interessar, também unicamente adentrar, em processos os quais a mesma tem absoluta certeza de sua capacitação para atender ao objeto licitado, de forma a respeitar os princípios licitatório, tal como o princípio da moralidade, celeridade e principalmente ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Perante o motivo de inabilitação da empresa, é de se causar uma enorme, se não injustificável, estranheza no processo, pois, em caráter objetivo, é injustificável a equipe técnica rejeitar da capacidade técnica da empresa que COMPROU QUADRO TÉCNICO inscrito no CREFITO/MS.

A lei 8.666/93 em seu artigo 30, II, dispõe que:

"A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...) II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o

objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Visto, quando se trata de comprovação de capacidade técnica em um processo licitatório deverá ser considerado os requisitos especificados atrelados estritamente ao objeto da contratação com o intuito de garantir a segurança para a administração de que seu serviço contratado irá ser prestado de forma satisfatória, amparado pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Contudo, tendo pelo pressuposto que a exigência da capacidade técnica deve ser feita minuciosamente de forma a atender o objeto em questão, porém, essa análise do apresentado deve ser feita com a mínima cautela, visando a negação de um comprometimento desnecessário a competitividade do certame, ferindo assim o princípio da impessoalidade.

CF/1988 Art. 37 XXI:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

"Recomendação a uma prefeitura municipal para que qualifique, em procedimentos licitatórios com recursos federais, as exigências formais menos relevantes à consecução do objeto licitado, estabelecendo nos editais medidas alternativas em caso de descumprimento dessas exigências por parte dos licitantes, objetivando evitar a desclassificação das propostas, visando a atender ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, sem ferir a isonomia entre os partícipes e a competitividade do certame." (Tribunal de Contas da União, item 9.6.1, TC-002.147/2011-4, Acórdão nº 11.907/2011-Segunda Câmara).

"Inexistindo tal exigência e, muito menos, a necessária correlação entre a habilitação especial e os serviços a serem desempenhados pela vencedora, não cabe ao intérprete ampliar exigências ao seu talante, assim como não cabe aos demais licitantes buscar exigências maiores do que as devidas, até porque, visando a licitação a maior participação possível em homenagem ao princípio da concorrência, as restrições à participação devem se conter em estritos limites". (TRF 4ª Região na AC nº 5019145-37.2012.404.7000)

Portanto, no tocante ao requisitado no Edital, idem, quanto a capacitação técnica apresentada tempestivamente pela empresa, temos plena ciência de que apresentamos uma proposta técnica/comercial notavelmente eximia bem como comprovamos a nossa capacitação por meio dos atestados e declaração apresentados. No atestado fornecido comprova-se o fornecimento de serviço e a declaração CREFITO – MS, demonstra o quadro técnico da empresa sediada na mesma cidade deste órgão. Acreditamos portanto, desnecessário uma outra declaração totalmente REDUNDANTE. Uma vez que a DRF CREFITO/MS, traz em seu corpo o nome dos dois profissionais inscritos neste conselho.

"Declaração de que os profissionais graduados, disponibilizados para a prestação dos serviços estarão devidamente registrados no Conselho Regional de Educação Física de Mato Grosso do Sul e/ou Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Mato Grosso do Sul."

Concluindo, desta forma, comprova-se, na íntegra ao requisitado no Edital, a capacidade técnica contida no atestado técnico e DRF-CREFITO-13, a qualidade satisfatória do serviço a ser fornecido para o órgão. Contudo a empresa CARLOS RENATO CAMARGO, está sendo inabilitada por DEMASIADO FORMALISMO, levando inclusive a uma contratação de uma proposta mais onerosa, prejudicando desnecessariamente o erário público. Ferindo mais uma vez princípios licitatórios.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- Reanálise dos documentos apresentados.
- Reconsideração da decisão apresentada, aceitando e habilitando a empresa CARLOS RENATO SILVA CAMARGO, tendo vista sua explanação e comprovação do requisitado.
- Caso não seja reconsiderada a inabilitação da empresa CARLOS RENATO SILVA CAMARGO, requer a fundamentação explanativa do não atendimento ao item referido do Edital, porque foi aceito uma "declaração" sem identificação alguma, e não foi aceito Declaração de Regularidade de Funcionamento

do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região, comprovando o quadro técnico dos profissionais (Carlos Renato Silva Camargo e Lucimara Aparecida Silva Paniago Barbosa).

- Caso não seja esse o entendimento de Vossa Senhoria, o que se admite ad argumentandum, requer que haja remessa dos autos à autoridade superior, para conhecimento e acolhimento do presente apelo, tendo em vista o que acima se expôs.

Nestes termos,

Aguardo deferimento.

CARLOS RENATO SILVA CAMARGO

Fechar